

O ÍNDIO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: PARA ALÉM DO COCAR, DO ANDAR NU E DA OCA.

THE INDIAN IN THE FIRST YEARS OF ELEMENTARY SCHOOL: BEYOND THE COCKADE, NAKED WALKING AND HUT

Maria de Fátima Santos da Silva¹
Caroline Terra de Oliveira²
Cauê Lima Canabarro³

RESUMO

O presente trabalho é fruto da análise das formas de estudo e apresentação do índio no ensino de história, objetivamente nos anos iniciais do ensino fundamental. Temos percebido que a visão mítica e fantasiosa do índio que anda nu, usa um cocar, se alimenta de produtos vindos da natureza e dorme em ocas continua perpassando a prática e a fala de muitas educadoras e educadores dos anos iniciais. Este artigo, ao mesmo tempo em que resgata nossa prática como educadora no processo de formação de professores problematiza essas ações e suas implicações no fortalecimento do racismo e redução da cultura e saberes dos *não-brancos*.

PALAVRAS-CHAVE: História, educação, índio, ensino fundamental, formação de professores.

ABSTRACT

The present work is the outcome of the analysis of the ways to study and introduction of the Indian in history teaching, objectively in the early years of elementary school. We have observed that the mythic and fanciful view of the Indian who walks naked, uses a cockade, feeds himself with products coming from nature and sleeps in huts continues pervading a habit and speech of many teachers of the first years.

¹ Licenciada em História, Especialista em História do Rio Grande do Sul, Mestre em Educação Ambiental e professora substituta no Departamento de Educação e Ciências do Comportamento da Fundação Universidade Federal do Rio Grande.

² Licenciada em História, Especialista em História do Rio Grande do Sul, Mestranda em Educação Ambiental e Bolsista da CAPES.

³ Bacharelado em História na Fundação Universidade Federal do Rio Grande.

This article, at the same time that it rescues the practices as teachers in teacher training, discusses these actions and their implications in racism strengthening, as well as reduction of culture and knowledge of the nonwhite.

KEYWORDS: History, education, Indian, elementary school, teacher training

“Celebremos, ainda assim, no calendário escolar e nas ruas, o grande dia, do cotidiano de quem abriu estradas, alargou pastos, semeou cana, café, laranja e feijão. De quem fez e faz, na labuta do dia-a-dia, a sala de aula onde cabe a alegria. De quem ergueu igrejas, cidades, escolas onde não estudaria. De quem botou a mesa onde jamais comeria. E moveu fábricas por minguado salário. Cinco séculos de dizimação dos povos nativos e escravidão dos povos da África, didática operária e esperançosa resistência! João Ninguém, Maria Maria, Zé das Couves, Ana que ama e canta a terra em que nasceu. Construtores anônimos do Brasil”
(Chico Alencar)

O interesse pela investigação das formas de abordagem e apresentação do índio e sua cultura nos anos iniciais do ensino fundamental se iniciou concomitantemente à nossa prática como professora da disciplina de Didática no Curso de Pedagogia na Fundação Universidade Federal do Rio Grande. Durante as aulas ministradas pudemos perceber e, a partir disso nortear nosso estudo, que as alunas e alunos da Graduação continuam apostando em propostas pedagógicas de *trabalhar o índio no dia 19 de Abril*, com uma visão fragmentada e encobridora das desigualdades sociais, mascarando a realidade e não discutindo a situação presente do índio e sua inserção no modo capitalista de produção.

A imagem mitológica, preconceituosa e fantástica do índio nu, que usa o cocar, vive em ocas e não é afeito ao trabalho continua perpassando as falas e práticas de muitas futuras pedagogas e professoras, que não compreendem o caráter ideológico das propostas que desenvolvem.

Este artigo, assim, é o resultado de nossas reflexões e inquietações iniciais. Sabemos que há muito ainda a avançar para que possamos romper com estas idéias e juízos de valor que a escola ainda mantém. Como professores não podemos naturalizar este discurso, mas pelo contrário, problematizá-lo e mostrar seus limites, ainda que isso leve a desconstrução das certezas e verdades que muitos docentes trazem.

RECAPITULANDO A HISTÓRIA: O ÍNDIO SUBJUGADO

Os primeiros moradores da América são oriundos da Ásia e chegaram até o continente por meio de movimentos migratórios, os quais não sabemos a data precisa, ainda que os estudos arqueológicos falem em 11 a 12,5 mil anos atrás. Os povos indígenas que atualmente continuam sobrevivendo na América do Sul são originários de povos caçadores que aqui se abrigaram, procedentes da América do Norte por meio do istmo do Panamá, e que ocuparam toda a extensão do continente há milhares de anos. Essas populações forjaram diferentes formas de manejo e exploração de recursos naturais e constituíram uma grande heterogeneidade de modelos de organização político-social.

No século XVI, com a chegada dos portugueses no Brasil, inicia-se o processo de invasão e ocupação do território que antes era de domínio dos indígenas. O processo de colonização levou à extinção muitas sociedades indígenas que viviam no território, tanto pela ação das armas, como em função da contaminação por doenças advindas da Europa e que contribuíram para a dizimação da população nativa. Milhares e milhares de pessoas feneceram em função de doenças antes desconhecidas e hoje muito comuns, podemos lembrar a gripe, sarampo e coqueluche, e outras mais graves, como tuberculose e varíola, que exterminaram muitas sociedades, pois seus integrantes não tinham imunidade natural a estes males.

Não temos números precisos que dêem conta de afirmar com ‘precisão quantos eram os habitantes indígenas, estima-se, entretanto que eles oscilavam entre 1 a 10 milhões de indivíduos. Isso mostra a imensa quantidade de pessoas e culturas que foram sub-julgadas ao longo desses mais de quinhentos anos de processo colonizatório e exploratório.

Podemos lembrar aqui, aquilo que Mario Maestri e Florence Carboni problematizam acerca da produção lingüística do Velho sob o Novo mundo:

os colonizadores lusitanos, espanhóis, franceses, ingleses etc. estavam inseridos em uma tradição cultural classista, expansionista e mercantilista que fazia tabula rasa das culturas e civilizações com que entravam em contato. Essa visão do mundo determinou os signos lingüísticos criados ou determinados quando da “descoberta”, “colonização” e exploração do Novo Mundo (2003:67)

O termo índio é exemplo emblemático disto, os habitantes do território americano são denominados índios, inicialmente porque se pensava ter chegado às Índias, era então um substantivo pátrio. Com o passar do tempo é que a palavra vai adquirindo um sentido depreciativo, tornando o índio menos. Na carta de Pero Vaz de Caminha os termos empregados são homens e gente, expressões pejorativas são encontradas, como “gente bestial e de pouco saber”.

No Tratado da Província do Brasil, Pero de Magalhães Gandavo, segundo Maestri e Carboni (2003:69):

refere-se sem vacilações ao americano como índio, mais de quarenta vezes! Tão comum seria a denominação que, ao se servir dela, por primeira vez, não se sentiu obrigado a explicar seu significado: “Não há pela terra adentro povoações de portugueses por causa dos índios que não no consentem [...]”. No mesmo livro, “gentio” surge, quatro vezes, como sinônimo de “índio”.

O índio começa a ser descrito pelo colonizador como praticamente sem essência humana, seres sem piedade, que vivem tal como animais entregues a vícios e pecados, comedores de carne humana, com rústicos costumes.

A suposta falta de civilidade do homem justifica sua dominação e escravidão, bem como o genocídio de culturas inteiras. O estagio atual da cultura e da língua indígena é resultado direto do processo colonizatório impetrado pelo europeu no Novo Mundo. A distribuição do índio pelo território hoje é fruto de deslocamentos provenientes da expansão política e territorial dos colonizadores, em um processo histórico onde muitos foram aculturados ou dizimados.

A invasão territorial que se processa esta para além da simples perda da localização geográfica, o índio perde sua pátria, passa a viver em terras cedidas por governos coloniais cujo único compromisso é com o lucro e o enriquecimento da metrópole, mas não podemos pensar que os índios tenham aceitado de forma pacífica a dominação. Sergio Buarque de Holanda afirma que:

Ainda hoje se mantém o “mito” de que os aborígenes, nesta parte da América, limitavam-se a assistir à ocupação da terra pelos portugueses e a sofrer, pacificamente, os efeitos da colonização. A idéia de que estavam em um nível civilizatório mais baixo é responsável por essa presunção. Todavia, nada está mais

longe da verdade, a julgar pelos relatos da época. Nos limites de suas possibilidades, foram inimigos duros e terríveis que lutaram ardorosamente pelas terras, pela segurança e pela liberdade, que lhes eram arrebatadas conjuntamente. (1989:73)

Os estudos que vem sendo feitos mostram que os povos indígenas apresentam uma grande diversidade e pluralidade de formas de organização e resistência, ainda que tenhamos mais informações sobre os tupis porque eles “*entraram em contato com os portugueses em quase todas as regiões que estes tentaram ocupar e explorar colonialmente*” (Holanda, 1989:73).

A forma como se dá a reação à conquista por parte dos indígenas muito tem a ver com sua forma de organização e com fatores de várias ordens, como psico-sociais e sócio-culturais. Em “A época colonial: do descobrimento à expansão territorial”, coletânea organizada por Sérgio Buarque de Holanda, encontramos a seguinte definição para explicar o domínio sobre os Tupis:

o sistema organizatório dos antigos Tupis possuía um padrão de equilíbrio interno relativamente indiferenciado e rígido. Este subordinava-se à renovação contínua de condições estáveis, tanto nas relações do homem com a natureza, quanto nas relações dele com seus semelhantes. Alterações bruscas, que se repartissem regularmente depois, só poderiam ser enfrentadas com sucesso quando as demais esferas da vida se mantivessem estáveis e houvesse tempo para explorar, com eficácia, o demorado mecanismo de escolha da solução, entre tentativas recomendáveis à luz da experiência anterior. A presença do branco constituía uma alteração dessa espécie, que não poderia ser arrostada, entretanto, em condições favoráveis. O sistema organizatório tribal logo passou a ressentir-se dos efeitos desintegradores, resultantes de sua incapacidade de reajustar-se a situações novas, impostas pelo contato com o invasor branco. (1989:80)

A colonização não pode ser entendida como fenômeno único, linear, de simples extermínio dos povos considerados passivos, submissos, impotentes, mas como um complexo jogo de relações, embates, negociações e conflitos, desde a chegada dos primeiros europeus até os dias atuais, onde povos foram exterminados brutalmente, e outros elaboraram diferentes estratégias para sobreviverem até os dias de hoje. A princípio o processo de entrada dos colonizadores no Novo Mundo não trouxe muitas alterações, o equilíbrio da vida do nativo era mantido, contudo o constante estado de sobressalto e medo que viviam os europeus explica em grande medida o processo de destruição da cultura nativa.

A grande transformação se processa quando começamos a ter a passagem do escambo para a agricultura, os portugueses, no caso do território brasileiro, alteram completamente seu olhar e interesse sobre o índio: “*este passou a ser encarado como um obstáculo à posse da terra, uma fonte desejável e insubstituível de trabalho e a única ameaça real à segurança da colonização*” (Id. Ibidem: 82).

Os índios farão resistência ao genocídio que sofrem, o sistema tribal vai lutar para permanecer frente às duas possibilidades que se apresentam ao índio: a submissão ou a fuga e o isolamento. Aqueles que optam pela segunda opção são cada vez mais escoraçados de suas terras, tem que progressivamente ir para regiões mais pobres e sem recursos, abandonando seu espaço geográfico para tentar manter sua cultura e forma de organização social.

Muito mais poderíamos falar acerca da história do índio, mas não é este nosso objetivo central. Quando buscamos resgatar um pouco da história deste povo o fazemos com o intuito de mostrar que não podemos reduzir a riqueza e a pluralidade da cultura indígena, como acontece muitas vezes na escola e na nossa vida cotidiana:

para o brasileiro comum, índio é qualquer descendente destes povos que moravam aqui antes da chegada dos portugueses. Quase sempre ele imagina o índio como um indivíduo que vive na selva, anda nu, caça com arco e flecha e usa estranhos adornos nos lábios e orelhas. E acha bom evitá-lo porque é um sujeito violento, vingativo e traiçoeiro. (Moonen, 1983:11)

Estes estereótipos que aprendemos desde a escola são reforçados pela televisão, pelo cinema e por sensacionalistas artigos publicados em jornais e revistas. As propostas que temos encontrado de futuras pedagogas e professoras reforçam esta conotação e encontramos muita resistência em problematizar estas questões junto delas, posto que argumentem que sempre trabalharam assim, que os outros professores fazem isso e não há nada de errado, pois estão valorizando o índio.

ENTRE O PRECONCEITO E A IDEALIZAÇÃO: BRANCOS, ÍNDIOS, NEGROS... DIVERSIDADE E IDENTIDADE NA ESCOLA E NA VIDA

Podemos dizer que há duas visões predominantes atualmente acerca do índio: a preconceituosa, que o entende como um ser inferior, menos desenvolvido e limitado e a

idealista que não faz o diálogo com a contemporaneidade e a forma como eles vivem hoje. Ambas estão intimamente ligadas, por exemplo, quando uma professora apresenta o seguinte Plano de Aula:

Conteúdo: O índio

Objetivos:

- Mostrar que o índio faz parte da cultura brasileira;
- Desenvolver a motricidade fina, construindo símbolos da cultura indígena, no caso o cocar;
- Usar a criatividade para construir um desenho que retrate o modo de vida do índio.

Metodologia:

- Explosão de idéias, perguntando para as crianças o que elas já sabem sobre os índios;
- Explicação acerca do índio e sua cultura, mostrando a importância da natureza para o índio;
- Construção de um cocar utilizando jornal e papel crepom;
- Realização de um desenho livre sobre o modo de vida do índio

Podemos ver claramente uma visão ingênua e, por isso tornando-se preconceituosa pois não discute o que é a diferença que aponta. Afirma que o índio faz parte da cultura brasileira, mas, se não fica claro o que a professora entende por cultura, podemos pensar como ela o percebe dentro das relações de produção, por exemplo, que envolve não só a viés cultural, e sim todas as relações estabelecidas na economia e na política.

Além disso, chama a atenção que o índio para esta professora ainda é o da época anterior ao descobrimento. É no mínimo preocupante, desvela problemas e dificuldades na própria leitura de mundo de futuras professoras que não compreendem que o índio hoje cada vez mais se insere dentro do mercado de trabalho e sofre com a exclusão, o preconceito e a falta de oportunidades. Precisamos reconhecer que:

Na realidade, encontramos hoje no Brasil também índios que só falam português, que vestem calça e camisa, possuem relógio de pulso, assistem a jogos de futebol e a novela da TV, andam de bicicleta ou têm carteira de motorista. Há índios que pilotam avião, outros possuem títulos universitários e em 1982 um deles foi eleito deputado federal (Moonen, 1983:12)

A grande descoberta que temos que fazer é que o índio é gente, gente como nós, vivendo no mesmo espaço que nós e, como nós, estabelecendo relações de pertencimento, de sobrevivência, de amizade e de intencionalidade. Não podemos continuar acreditando que há uma maneira de ser índio, que eles vivem em ocas, que andam nus e que se adornam com penas e ossos, apenas.

Vivemos em um país extremamente racista e escola reproduz isso em suas práticas, certamente que no Brasil temos

um racismo diferente daquele que acontece nos Estados Unidos ou que foi legitimado durante o extinto regime do Apartheid na África do Sul. O racismo no Brasil é um caso complexo, pois ele se afirma através da sua própria negação. Ele é negado de forma veemente no discurso da sociedade e da escola, mas também mantém-se presente no sistema de valores que regem o comportamento da nossa sociedade expressando-se através das mais diversas práticas discriminatórias.(Gomes: 254)

Então, podemos dizer que o processo de identificação racial é constituído por meio de relações de alteridade. A diferença tem papel central, posto que certamente o índio é diverso do branco, assim como cada um de nós é um ser único, ao mesmo tempo em que forjado por relações e, portanto, social.

Quando escolhemos um único dia para falar e *homenagear* o índio, neste nosso ato está implícita uma concepção de educação e um olhar sobre a diferença, um olhar que não reconhece que nossa cultura tem muito de imposta e é fruto de um processo de subjugação dos povos nativos da América, o que acontece em função da

imposição da religião, da cultura, da visão de mundo dos colonizadores (que) foi acompanhada da formulação de toda uma teoria que se pretendia a mais pura expressão da razão, e sua ciência, do alto da sua pretensa neutralidade e racionalidade, “explicava” e “justificava” a subalternidade dos povos colonizados (...) O efeito devastador da ideologia dominante, nos corações e mentes dos povos oprimidos, gerou um conjunto de valores que causou tensão no sentido de acomodação, de passividade e de absorção da cultura e da visão do dominador. (Azevedo: 25-26)

A cultura branca passou a ser muito mais valorizada, vejamos a própria idéia de civilização e o valor que a escrita tem sob a oralidade em nossa sociedade atual. As professoras e professoras dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental continuam reproduzindo está lógica bárbara e funesta de branqueamento cultural, desvalorizando a boniteza das diferenças que nos constituem como povo, como gente que sonha e ainda acredita na educação, como instrumento para a transformação social.

ALGUMAS IDÉIAS FINAIS PARA PENSAR A EDUCAÇÃO PARA ALÉM DOS “SÍMBOLOS DE RAÇA”

É justo porque continuamos acreditando no papel que tem a escola e nós, como educadores, a cumprir que temos nos esforçado para desconstruir muitas idéias que foram naturalizadas pelas graduandas e graduandos dos cursos de licenciatura. Não fosse nossa crença de que a mudança é possível não teria sentido nossa práxis.

A pergunta que temos feito é: quando alguém escolhe um dia para “trabalhar o índio”, o que faz nos outros 199 dias letivos? Temos visto que fala do branco, da cultura branca, do modo de vida branco, ensina a civilização. Civilizados, desde a época da conquista da América são considerados os brancos europeus.

No dia 13 de maio, estas mesmas educadores e educadores falarão de uma certa Princesa que, em um ato de bondade, libertou os escravos, levarão músicas, exaltarão a Corte, mas não falarão do negro hoje, que perdendo suas visíveis correntes, ganhou outras muito mais difíceis de visualizar e, quiçá, muito mais difíceis de romper.

Não podemos tornar menos nossos alunos, acreditando, como muito temos ouvido, que não são capazes de perceber isto ou aquilo. Se achamos que nossos alunos não poderão entender o que é a diversidade cultural vamos mentir? Criar uma visão fantasiosa de um índio que está datado há mais de 500 anos? Um índio que anda nu, usa cocar, mora em ocas e se alimenta de produtos vindos da natureza?

Acreditamos que a construção de um outro olhar sobre a diversidade só será possível quando entendermos as diferenças de qualquer natureza e a diversidade étnica como sinônimos de riqueza, de boniteza de possibilidades. A escola só será efetivamente transformadora quando reconhecermos que cada um de nós é único, mas intimamente ligado ao resto do mundo por que

cada pessoa precisa descobrir-se como parte do ecossistema local e da comunidade biótica, seja em seu aspecto de natureza, seja em sua dimensão de cultura. Precisamos conhecer os irmãos e irmãs que compartilhem da mesma atmosfera, da mesma paisagem, do mesmo solo, dos mesmos mananciais, das mesmas fontes de nutrientes; precisamos conhecer o tipo de plantas, animais e microorganismos
(Boff: 135)

Dependemos uns dos outros, porém nossa vida hoje esta assentada sobre um modo de produção faz do trabalho um meio para a dominação da natureza e do trabalhador. Julgamos as pessoas pelo que elas tem, pela tecnologia que desenvolvem e que compreender. Temos um modelo de desenvolvimento que satisfaz apenas uma limitada parcela da população e exclui a maioria, mas a escola não problematiza isso. A escola muitas vezes parece uma estrutura aparte da sociedade tal é seu descompromisso com a análise e deslindamento de nosso tempo presente, em prol de uma postura, simplesmente conteudista, onde o professor é apenas um executor de tarefas que não pensa o seu fazer cotidiano. O papel do educador, da educadora não pode se limitar ao repasse de informações e a trabalhos manuais.

Finalmente, temos que reconhecer que a criança que chega até a escola tem uma vivência anterior que lhe constitui e forja, não é um terreno virgem que temos a explorar e formatar da maneira que queremos. Enquanto tivermos uma escola e uma prática educativa advinda de uma visão eurocêntrica será complicado romper com a visão fragmentadora, preconceituosa e discriminatória do índio que se manifesta fortemente na ação de professores e professoras por este mundo afora.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, José Clóvis. A escola Cidadã: desafios, diálogos e travessias. IN: AZEVEDO, José; GENTILI, Pablo; KRUG, Andréa e SIMON, Cátia. *Utopia e Democracia na Educação Cidadã*. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS/Secretaria Municipal de Educação, 2000.

BOFF, Leonardo. *Saber Cuidar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

BORDIGNON, Mário. *Roia e Baile: mudança cultural bororo*. Campo Grande: UCDB, 2001.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

_____. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

GOMES, Nilma Lino. Educação Cidadã, etnia e raça. IN: AZEVEDO, José; GENTILI, Pablo; KRUG, Andréa e SIMON, Cátia. *Utopia e Democracia na Educação Cidadã*. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS/Secretaria Municipal de Educação, 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (organizador) *História Geral da Civilização Brasileira: A época colonial – do descobrimento à expansão territorial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

MAESTRI, Mario e CARBONI, Florence. *A linguagem escravizada*. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

McLAREN, Peter. *A vida nas escolas: uma introdução à pedagogia crítica nos fundamentos da educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.